

## UMA ANÁLISE SOBRE A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS EM LIVROS DIDÁTICOS

### AN ANALYSIS OF THE HISTORY OF QUILOMBOS IN TEXTBOOKS

Enauanny Wênya Lira Santos<sup>1</sup> - UPE  
Maria Cintia Gomes<sup>2</sup> - UPE

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, através de uma pesquisa documental, os livros didáticos de história de uma coleção do Programa Nacional do Livro Didático de 2020 destinados aos anos finais do ensino fundamental, percebendo como são abordados os temas relacionados às comunidades quilombolas. A coleção escolhida foi “História-Sociedade e Cidadania” da Editora FTD. Respalado nos estudos de Tagliane (2011), Gomes (2018) e na Lei 10.639/2003, o trabalho discorrerá sobre a abordagem conceitual e a representatividade das comunidades quilombolas presentes nos livros didáticos analisados. As considerações levantadas sobre a coleção possibilitaram tecer reflexões a respeito dos programas de formulação dos livros didáticos e dos processos de escolha. É necessário, pois, aprender com a nossa raiz ancestral que o processo de aquilombamento tem a ver com os princípios da resistência, mas também com a solidariedade e com o acolhimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro Didático; Ensino de História; Quilombos.

#### ABSTRACT

This article aims to analyze, through a documentary research, the history textbooks of a collection of the 2020 National Textbook Program for the final years of elementary school, realizing how topics related to quilombola communities are addressed. The collection chosen was “History-Society and Citizenship” by Editora FTD. Based on the studies of Tagliane (2011), Gomes (2018) and on Law 10.639/2003, the work will discuss the conceptual approach and the representativeness of the quilombola communities present in the analyzed textbooks. The considerations raised about the collection allowed us to reflect on the formulation of textbooks and the processes of choice. It is necessary, therefore, to learn from our ancestral roots that the aquilombamento process has to do with the principles of resistance, but also with solidarity and welcoming.

**KEYWORDS:** Textbook; History Teaching; Quilombos.

DOI: 10.21920/recei72022828956969  
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72022828956969>

<sup>1</sup>Estudante do Programa de Mestrado Profissional em culturas africanas, da diáspora e dos povos indígenas pelo PROCADI. Especialista em Estudos de História pelo PROMINAS. Graduada em História pela FABEJA. Graduada em Pedagogia pela UPE. E-mail: [enauanny@gmail.com](mailto:enauanny@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3201-6069>

<sup>2</sup>Estudante do Programa de Mestrado Profissional em culturas africanas, da diáspora e dos povos indígenas pela PROCADI. Especialista em Educação Infantil pela URCA. Graduada em Pedagogia pela URCA. E-mail: [mcintiagomes@gmail.com](mailto:mcintiagomes@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0739-4412>

## INTRODUÇÃO

A inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica tornou-se obrigatória desde a promulgação da Lei nº 10.639 em janeiro de 2003. A referida lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, em seu artigo 26-A e expressa que a educação deve contemplar as contribuições dos povos africanos na construção da identidade nacional.

O Brasil, país de maioria negra segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é também um dos países cuja marca é o racismo. Segundo Almeida (2019), o racismo no Brasil é caracterizado como estrutural e perpassa todas as formas de relações sociais, econômicas e políticas o que é perceptível quando se observa a cor da população mais pobre e marginalizada e como afirma Carneiro (2011, p. 57): “A pobreza no Brasil tem cor”.

Esse cenário de desigualdade racial mantém-se mesmo após a criminalização da prática de escravização, em que o Brasil foi o último país da América Latina a libertar os povos que, de forma injusta e violenta, foram forçados a servir a elite colonial. O que se discute é que, com a abolição da escravatura, esperava-se que a população negra fosse inserida na sociedade brasileira de forma digna, no entanto, a marginalização desses povos foi perpetuada e reforçada no sistema capitalista.

As discussões sobre a decolonialidade do poder, Quijano (2005) mostra-nos como o sistema capitalista nutre-se das bases racistas advindas do período colonial e acentua a desigualdade racial. Para Lander (2020), a decolonialidade é um conceito que nos lembra a lógica do colonialismo e este, por sua vez, está presente nas relações de poder, nas relações intersubjetivas e na produção de saberes, que é um ponto importante neste estudo.

Políticas e programas sociais com o viés de emancipação social são fundamentais para reduzir o abismo social existente entre brancos e não brancos. Nessa perspectiva, a educação torna-se via de construção para um novo imaginário social de valorização e de respeito às diferenças étnico-raciais. No entanto, retornando a ideia da colonialidade do saber é possível pensar sobre quem produz e quem valida os saberes que são socializados nas instituições escolares por meio de livros e de outros recursos didáticos.

Compreendendo a importância do cumprimento da lei nº 10.639/2003 e a história da formação do Brasil, indagamos sobre a forma como os livros didáticos de história, utilizados nos anos finais do Ensino Fundamental, abordam a formação dos quilombos como aspecto de resistência do povo negro ao longo da nossa historiografia.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os livros didáticos de história destinados aos anos finais do ensino fundamental, percebendo como são abordados os temas relacionados às comunidades quilombolas. Para isso, foram escolhido os livros do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2020 “História: Sociedade e Cidadania” da editora FTD.

A partir da análise de quatro livros didáticos de história foi possível apontar algumas questões sobre a educação para as relações étnico-raciais e perceber se há sensibilização para o tema na elaboração dos livros, indicando estar em acordo com a lei 10.639/2003.

Ressaltamos aqui que a forma como a história e a cultura quilombola está sendo retratada nos livros didáticos estabelece influência direta nas concepções e ideias que serão construídas pelos estudantes. Assim, é necessário que os materiais didáticos abordem temas relacionados aos

quilombos e à população remanescente de quilombolas de forma positiva, destacando a resistência cultural e política desses povos e valorizando seus repertórios culturais, religiosos e linguísticos.

Assim, a educação pode contribuir para a construção de um imaginário antirracista, compartilhado e sustentado por pessoas que valorizam e respeitam a população negra, reconhecendo e endossando seus processos de luta por igualdade racial e valorização de suas formas de organização social, econômica e cultural. Nesse sentido, é oportuno abordarmos um pouco sobre o que é o quilombo e como a abordagem dos quilombos a partir de referenciais positivo na educação pode contribuir para o cumprimento da obrigatoriedade da inclusão da história afro-brasileira nos currículos, exigida pela lei 10.639/2003.

## EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: FORMAÇÃO DOCENTE, CURRÍCULOS E OS LIVROS DIDÁTICOS

“O vínculo entre educação com as relações étnico-raciais, sendo um processo que implica trocas, nos faz crer que a feitura de uma escrita só tem sentido se ela também se constituir desta forma: troca entre pessoas, entre fatos, ou seja, entre o escrito e o vivido”.

(BRASIL, 2006, p. 142).

Foi na historiografia dos quilombos que surgiu a ideia de que eles constituíram-se apenas por pessoas escravizadas ou fugitivas, entretanto, esse povo construiu sua história social e cultural através de lutas por liberdade, sendo eles resistentes às formas de opressão. O acesso a esse conhecimento sobre a história quilombola é direito de todos os estudantes desde 2003, quando foi assinada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a lei 10.636/2003. A partir da assinatura da referida lei, o estudo sobre os quilombos passou a ser tema de abordagem obrigatória nos currículos de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

A reformulação dos livros didáticos e a formação de professores são dois pontos importantes para a implementação da lei nos espaços escolares. Entendendo que o racismo no Brasil é estrutural, é necessário que os cursos de formação inicial e continuada assumam o compromisso de qualificar profissionais para o exercício da docência sensibilizando-os para a educação e para as relações étnico-raciais.

É importante que o professor em seu espaço de prática pedagógica agregue saberes que se relacionem como o saber social e com o saber científico (BRASIL, 2006) ou seja, o professor para exercer a docência, além de conhecer a teoria, precisa conhecer e envolver-se com as questões quilombolas, conhecendo sua história sociocultural, econômica e seus costumes para valorizar essa população dentro dos espaços escolares.

A responsabilidade de valorização dos territórios, culturas e povos quilombolas, precisa ser encarada em todas as modalidades de ensino e por todas as etapas de educação. Assim, o currículo da educação básica precisa compreender as especificidades das comunidades, seus processos de formação, organização e resistência como forma de garantir o acesso à história de formação do Brasil e das nossas identidades a todos os estudantes negros e não negros.

Nesse sentido, é importante refletir sobre os aspectos que favorecem a socialização da nossa história nos espaços institucionais de educação, como as políticas públicas, as políticas

educacionais, a formação docente, a organização dos espaços escolares, os materiais didáticos, entre outros. Como foi mencionado,

O papel das professoras e professores é fundamental, onde a formação docente, sobretudo a formação continuada, é um locus prioritário na promoção da inclusão destas questões na educação. Enfatizando também a importância do aprofundamento da formação cultural brasileira. Ademais, a práxis pedagógica dos professores(as) são instrumentos de críticas às realidades sociais, proclamando o espaço escolar como lugar de solidificação de uma democracia do saber (PEREIRA; ROCHA, 2020. p. 11).

Aqui não pretendemos imputar aos professores a responsabilidade total da construção de práticas antirracistas, no entanto, é necessário pontuar que o lugar que esses profissionais assumem em sala de aula, enquanto mediadores do processo de socialização dos conhecimentos produzidos pela humanidade, favorece a inclusão de temas e de ações que dialoguem com o letramento racial.

As salas de aula das escolas públicas são ocupadas, em sua maioria, por crianças e adolescentes negros. Conhecer o meio social desses educandos é ter a oportunidade de entender os problemas que eles enfrentam por serem descendentes de negros e é ter a oportunidade de promover respeito sobre seus valores culturais na sala de aula e desconstruir a imagem que menospreza a cultura da população negra e quilombola.

A partir das leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, conquistadas através da luta e mobilização dos movimentos sociais negros, a história da população negra, quilombola e indígena passa a ser obrigatória em todo o currículo da educação básica como forma de garantir a construção de um ambiente escolar que valorize as diferenças e promova a equidade.

O professor em sala de aula pode problematizar questões voltadas para a valorização, a promoção e o reconhecimento das manifestações culturais de base africana presentes no Brasil e em escala regional e local, destacando que ainda existem comunidades negras e remanescentes de quilombos onde essas manifestações estão mais presentes, mantendo viva a nossa história e a nossa cultura. Assim, é possível compreender que o papel do professor na mediação do ensino e aprendizagem é relacionar os saberes escolares com os saberes locais e das comunidades quilombolas, preservando sua cultura e ancestralidade.

É sabido que o racismo e a discriminação racial estão presentes todos os dias na frequência escolar e manifestam-se desde as brincadeiras até agressões mais violentas. Nesse contexto de negação ou de subjugação do outro, os profissionais que compõem o ambiente escolar têm papel fundante para a exclusão do racismo, não devendo assumir uma postura neutra, pois esta contribui para o silenciamento e a naturalização de práticas racistas, mas positivando os traços étnicos de pessoas negras (cabelo, nariz, boca e cor da pele), reconhecendo as contribuições culturais, econômicas e científicas dos africanos para a construção da sociedade brasileira e valorizando as culturas negras que fazem parte do contexto das crianças e dos adolescentes.

As ações pedagógicas devem ser mediadas de maneira positiva fundamentando-se em “princípios éticos, políticos e estéticos que irão complementar os princípios de autonomia, responsabilidade e solidariedade, vida democrática e cidadania” (MACEDO, 2016, p. 5). Por ser para seus estudantes espelho, os professores muitas vezes “por meio de suas atitudes e práticas do dia a dia, demonstrando respeito à diversidade racial da sua turma de alunos, interfere diretamente nas atitudes das crianças” (RIBEIRO; SANTOS, 2017, p. 12).

Essa reflexão sobre o papel dos professores na mediação de conflitos raciais e na promoção de práticas antirracistas abre caminhos para a análise de outra questão que interfere diretamente na forma como os docentes portam-se diante de tais questões: a formação inicial e continuada.

A preparação desses profissionais para o exercício da docência é fundamental, por isso, em 2004 a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais – DCNERER. Nesse documento, são pontuadas algumas questões importantes para a construção de uma educação em que adultos, adolescentes e crianças negras sintam-se valorizadas e acolhidas e uma dessas questões diz respeito à formação de professores. Com relação a essa questão, o documento expressa que cabe aos estabelecimentos de ensino superior a:

Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: de análises das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos (BRASIL, 2004, p. 23).

A reeducação das relações étnico-raciais passa diretamente pelo estudo dos quilombos em suas configurações políticas, sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, a escola e todos os sujeitos que a compõem passam a ter responsabilidade direta na promoção da igualdade racial e, cabe ao Estado, proporcionar meios e condições para que se tenha cursos de formação inicial comprometidos com as relações étnico-raciais e cursos de formação continuada para que os professores, gestores e demais profissionais da educação estejam sempre atualizados dos temas pertinentes à promoção da igualdade racial. É preciso, como afirma Silva (2014, p. 27)

[...] formar professores/as capazes de refletir e conduzir os processos de ensino-aprendizagem, valorizando as diversidades existentes na sociedade, não é apenas uma obrigação legal, mas sim, um eixo estruturador da educação de uma sociedade, já que se reconhece como diversa.

Uma boa formação docente implica no planejamento, na didática e na visão que esse profissional tem da educação, podendo refletir sobre seu fazer pedagógico e na seleção mais criteriosa dos recursos que serão socializados em conjunto com a turma. Aqui retornamos para o livro didático e o processo de sua escolha dentro do Programa Nacional do Livro Didático-PNLD.

De acordo com Cavalcanti e Silva (2006, p. 72), “o PNLD tem-se desenvolvido por meio do cumprimento de algumas etapas, iniciadas pela adesão das redes ao Programa e contemplando ainda a inscrição das editoras, a avaliação das coleções, o processo de escolha realizada pelos professores e, por fim, o recebimento dos exemplares”. Ao que se percebe, a elaboração dos livros didáticos segue recomendações do Ministério da Educação e deve estar de acordo com os parâmetros do que é previsto pelos documentos que norteiam cada etapa e modalidade de educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 é a lei máxima da educação, a partir dela são organizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, os

Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Após a pressão dos movimentos sociais, motivados pela Terceira Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância promovida pela ONU, houve em 2003 a sanção da lei 10.639/2003 gerando mudanças profícuas na LDB em relação ao avanço da pauta racial no Brasil. O que se estabelece é:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 1996, p. 21).

O estudo sobre as contribuições africanas e indígenas passa diretamente pelo estudo dos quilombos, pois o movimento de resistência por meio do aquilombamento foi fundamental para manter viva as cosmologias e epistemologias africanas sufocadas pelo sistema colonial e massacradas atualmente pela colonialidade. Dessa forma, o currículo escolar deve-se organizar para incluir conteúdos relativos à história e à cultura da população negra e indígena de forma positiva, assim a LDB pontua que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 1996, p. 21)”.

Mesmo que as áreas de educação artística, literatura e história sejam citadas no parágrafo do artigo 26-A, é importante que todos os componentes curriculares organizem-se para promover uma educação para as relações étnico-raciais, compreendendo a transversalidade desse tema. Assim, a interdisciplinaridade pode contribuir para que temáticas sociais como o racismo esteja em diálogo com todas as áreas dos conhecimentos e pode contribuir para que todos os profissionais sintam-se responsáveis por construir uma educação que promova a igualdade racial.

As ideias aqui apresentadas abrem caminhos para a reflexão sobre o papel das instituições escolares frente aos desafios de combate ao racismo. A escola como locus de interações interétnicas, desenvolvendo práticas antirracistas contribuirá para a construção positiva de identidades negras não só dos estudantes, mais também dos profissionais negros e negras que constroem o cotidiano das escolas. Daí a urgência em buscar uma reformulação curricular que transgrida as paredes das salas de aula e os muros da escola, adquirindo caráter democrático e emancipatório.

## O RACISMO E A FUNÇÃO DA ESCOLA

O professor como peça fundamental na mediação do processo de ensino e aprendizagem precisa apresentar já educação infantil uma educação voltada para a valorização da cultura e da história da população negra e quilombola, pois é através das interações com referenciais positivos de suas culturas que as crianças construirão suas identidades. O que a Base Nacional Comum

Curricular - BNCC expressa sobre a importância da interação, enquanto eixo estruturante da educação infantil é:

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais (Brasil, 2017, p. 40).

Desse modo, trabalhar na infância a socialização e o respeito para com o próximo é estimular que crianças e adolescentes desenvolvam a empatia e acolham as diferenças. É por meio da educação para as relações étnico-raciais que a escola formará cidadãos éticos que promovam respeito às diferenças sem nenhuma forma de preconceito ou discriminação.

A escola é o local de continuidade na socialização iniciada pela família e é nesse espaço que, muitas vezes, acontece o racismo, em sua maioria, apresentam-se por meio de brincadeiras hostis que menosprezam e diminuem a cultura alheia e os traços étnicos de crianças e adolescentes.

Carvalho (2020, p. 26) reforça que “O racismo aparece na escola de maneira sutil, camuflado em formas de brincadeiras, apelidos, mas que podem impedir os alunos negros de construir a sua identidade étnica de maneira positiva”. Tais situações de discriminação explícitas ou revestidas em brincadeiras, devem ser investigadas, questionadas e mediadas por adultos, pois o silêncio em torno das práticas racistas gera atitudes de convivência e contribuem para a naturalização do racismo nas interações sociais. O que prejudica a identidade e a autoestima de crianças e adolescentes negros, interferindo também no seu sucesso escolar e, por conseguinte, na sua inserção no mercado de trabalho, alimentando assim, o sistema de desigualdade racial.

Um dos documentos mais importantes que norteia as atividades da escola é o Projeto Político Pedagógico - PPP, é nele que deve conter as orientações para se trabalhar as diferenças, a cultura local e regional, bem como a visão que se tem sobre a função da escola diante das demandas por emancipação, igualdade e inclusão social. O PPP deve apresentar vias que sejam desenvolvidas no cotidiano das escolas para o enfrentamento ao racismo, pois ele é um documento norteador do fazer pedagógico e deve apresentar propostas permanentes no combate a qualquer tipo de discriminação. Rocha diz que:

O projeto político-pedagógico se constitui como elemento norteador do ser e do fazer da escola. Na verdade, é um conjunto de relações a partir das quais o educador e a comunidade “lêem” a si mesmos e ao mundo num processo relacional. Ao educar o olhar e a escuta para o mundo, a nação, a cidade, o bairro, a rua, a escola e a sala de aula processam suas sínteses, questionam o exercício do poder, as situações de afetividade, as vivências das diferenças, situações de conflito, a solidariedade, a cooperação e a justiça (ROCHA, 2006, p. 55).

A escola como lugar de ensino e aprendizagem, não pode assumir uma postura neutra para com as relações étnico-raciais, pois os que fazem a escola precisam trabalhar para promover respeito e equidade entre as disparidades raciais, fazendo ações que valorizem a população negra quilombola, apresentando a história, a luta e a cultura dessa população. O Projeto Político

Pedagógico, mais uma vez precisa dialogar sempre com os sujeitos escolares para que ocorra de fato uma educação antirracista que esteja presente no cotidiano das escolas.

Uma educação antirracista na escola é aquela que relaciona o ensino com as relações étnico-raciais, abordando temáticas que minimizem expressões racistas, preconceituosas e discriminatórias, rompendo barreiras excludentes para com a população negra. Uma educação voltada para o respeito deve ser vivenciada cotidianamente nas escolas, ensinando toda a comunidade escolar a viver com as diversas manifestações culturais e identitárias.

Dessa forma, é fundamental que as práticas pedagógicas promovam o respeito a diversidade e combatam qualquer atitude racista. Ensinar promovendo uma educação antirracista é explicar as relações sociais existentes contribuindo para a formação cidadã dos educandos, como também, ajudar no comprometimento de mudanças constantes de valores exaltando e respeitando o outro.

Uma das formas de se incluir no cotidiano escolar as demandas da população negra é por meio de projetos. O que se ressalta é a importância da continuidade dos projetos antirracistas ao longo de todo o ano letivo e não somente no dia 20 de novembro quando se comemora o dia da Consciência Negra, data do assassinato de Zumbi dos Palmares, líder de um dos quilombos mais importantes da historiografia do Brasil.

Escola e professor(a) devem caminhar juntos para que ocorra uma educação antirracista preparando-se para combater qualquer expressão estereotipada. Silva e Costa (2018, p. 25) retratam que:

O professor deve contribuir para que as relações étnico-raciais do Brasil tenham novos significados e interpretações pelos seus alunos, romper com o mito da democracia racial que nega a desigualdade racial no país, buscando uma educação que ensine a convivência com as diferenças.

São pelas práticas pedagógicas que ocorre essas novas interpretações acarretando novos conhecimentos, é sabido que nas escolas um dos meios para esse conhecimento é o livro didático, porém, o professor não se deve prender apenas a ele. Trabalhar o livro didático sobre a população escravizada, negra e quilombola é ter um olhar reflexivo, pois é necessário o saber histórico para a compreensão desses povos, mas também é preciso mostrar negros em posição de destaque, enaltecendo as diversas culturas e contribuindo para a construção identitária negra.

Aqui, será delimitada a análise de uma coleção de livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental a fim de perceber como essa coleção apresenta a história do Brasil a partir da história dos quilombos e como as comunidades quilombolas estão representadas nessa coleção.

## METODOLOGIA

O ensejo para a realização deste estudo emergiu das muitas reflexões e debates realizados nas disciplinas: História e cultura da diáspora e dos povos africanos e Quilombos e remanescentes de quilombos no Brasil: história e historiografia. Ambas fazem parte da matriz curricular do Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas – PROCADI, da Universidade de Pernambuco.

As discussões a respeito da formação histórica e a organização dos quilombos, bem como os processos de resistência ao escravismo criminoso, motivaram-nos a investigar que tipo de informação está sendo acessada na educação básica sobre o movimento de formação dos

quilombos no período colonial e a resistência das comunidades remanescentes de quilombolas nos dias atuais.

Para Piana (2009, p. 120) “A pesquisa é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e com a capacidade de intervenção”, aqui dialogamos diretamente com conteúdos veiculados em uma coleção de livros didáticos destinada aos anos finais do ensino fundamental e, de forma crítica, tecemos algumas considerações a partir da análise desses livros com o intuito de contribuir com as reflexões já construídas sobre a importância da escolha dos livros que serão utilizados nas educação básica.

Para responder ao objetivo deste estudo realizamos uma pesquisa documental, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa. As fontes de análise utilizadas foram quatro livros didáticos do componente curricular História, produzidos pela editora FTD e que fazem parte do acervo de materiais do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2012, p. 12)

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

A coleção analisada é destinada aos anos finais do Ensino Fundamental e está disponível para análise no site da editora. A análise dos quatro livros foi feita a partir de uma leitura prévia do sumário de cada obra seguida de uma busca pelos descritores “quilombo”, “quilombolas” e “remanescentes de quilombos”.

A leitura do sumário permitiu-nos identificar a presença ou ausência de temas correlatos à história dos quilombos. Assim, foi feito um levantamento dos capítulos que indicavam no título o estudo da população negra tanto no período colonial como em momentos mais recentes da história do Brasil. Feito esse levantamento, seguimos para a análise mais detalhada dos capítulos identificados e discorreremos sobre eles na seção dos resultados.

## ANÁLISE DOS LIVROS

Os livros didáticos podem ser vistos como instrumentos mediadores da prática docente e do processo de ensino e aprendizagem. São suportes utilizados por professores e estudantes nas práticas do cotidiano escolar. Tagliane (2011, p. 137) considera que:

Numa perspectiva sócio-histórica e cultural, o livro didático pode ser considerado como um instrumento que organiza os objetos de ensino considerados necessários para satisfazer as necessidades de ensino-aprendizagem formal [...].

Os livros organizam conteúdos e atividades de acordo com o nível de desenvolvimento esperado para cada ano da educação básica. Atualmente, esse instrumento é pensado e construído tendo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC como referência.

É importante destacar que os livros didáticos são suportes para a socialização dos conhecimentos construídos historicamente, mas não são os únicos recursos que efetivam esse objetivo da educação. Devido a alguns aspectos relativos à organização do trabalho pedagógico

(planejamento, rotina, avaliações externas, sobrecarga docente, dentre outros), o livro didático acaba-se tornando o recurso mais utilizado, senão o único. Sobre esse aspecto, Tagliane (2011, p. 137) pontua que “o uso de livros didáticos é bastante comum nas escolas e, em muitos casos, facilita sobremaneira a vida do professor, assumindo papel central no processo de ensino-aprendizagem”.

O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD é responsável pela distribuição dos livros didáticos e outros materiais de apoio à prática educativa. A escolha do livro didático é feita com base no Guia do Livro Didático, formulado pelo Ministério da Educação e conta com a participação dos professores. Nesse sentido, a escolha dos livros didáticos reflete um pouco sobre a formação inicial e continuada dos docentes, como também o Projeto Político-Pedagógico das instituições.

A coleção analisada comporta os livros de História dos anos finais do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. A finalidade de análise dessa coleção é perceber como as comunidades quilombolas estão representadas nesses livros. De início, fizemos a leitura dos sumários a fim de perceber em quais capítulos aparecem questões referentes aos quilombos. A segunda filtragem consistiu em uma busca, por se tratar de arquivos digitais, através dos descritores “quilombo”, “quilombolas” e “remanescentes de quilombos”. Após essas duas filtragens, somente os livros do 7º e 8º ano permaneceram na análise.

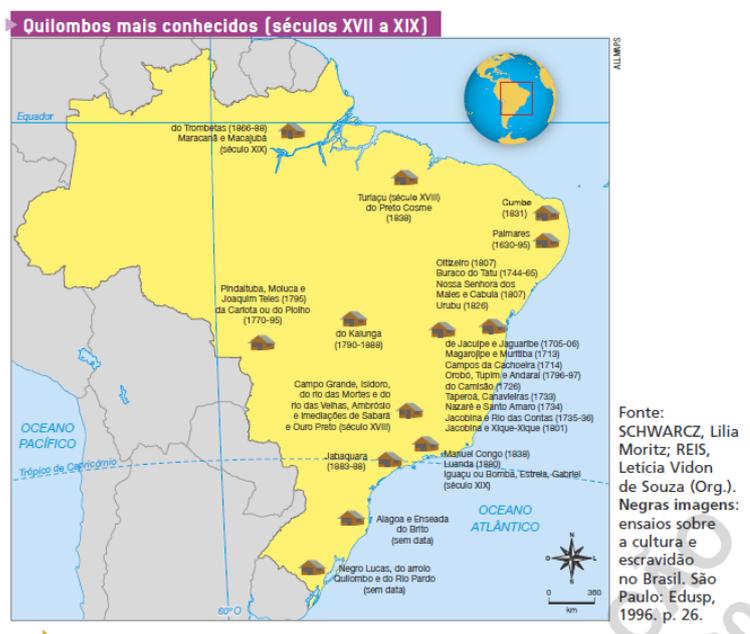
Sobre a organização do material analisado, percebemos que toda a estrutura dos livros faz correspondência com a BNCC, nas orientações destinadas aos professores e professoras são apresentadas as competências e habilidades previstas de acordo com os conteúdos, além de conter textos de apoio da autora Lilian Moritz Schwarcz e do autor Flávio dos Santos Gomes, que são referências nos estudos sobre quilombos e identidade negra.

O livro didático destinado ao 7º ano do Ensino Fundamental, apresenta um capítulo intitulado: Africanos no Brasil. Nesse capítulo, são discutidas questões sobre a existência ou não da escravidão no continente africano antes da chegada dos europeus, o tráfico atlântico e as formas de resistência ao sistema do escravismo criminoso.

A capoeira, as congadas, o reisado e as irmandades são apresentadas aos estudantes como formas de resistência cultural, as orientações pedem que seja feita socialização do significado desses termos e que também seja feita uma análise dessas resistências. Sobre os quilombos, o livro define-os como “agrupamentos de pessoas fugidas da escravidão” (FTD. 2020, p. 189). Corroborando Gomes (2018) quando afirma que os quilombos foram comunidades formadas por fugitivos.

Além de apresentar o conceito de quilombo, o livro também traz um mapa que mostra a localização dos quilombos mais conhecidos entre os séculos XVII e XIX.

### **Figura 1 - Mapa da distribuição geográfica dos Quilombos mais conhecidos no Brasil entre os séculos XVII e XIX**



Fonte:  
SCHWARCZ, Lilia  
Moritz; REIS,  
Leticia Vidon  
de Souza (Org.).  
Negras imagens:  
ensaios sobre  
a cultura e  
escravidão  
no Brasil. São  
Paulo: Edusp,  
1996. p. 26.

Fonte: Livro Didático - PNLD, Coleção História: Sociedade e Cidadania

O que torna interessante pontuar a ampliação desse mapa para as outras comunidades que se desenvolveram nos séculos posteriores e que perduram até os dias atuais. Por isso, é necessário o entendimento de que o livro didático é um suporte para o trabalho didático pedagógico, e não um fim em si mesmo.

Finalizando o estudo sobre as formas de resistência ao sistema escravista, o livro traz uma seção dedicada ao Quilombo dos Palmares, definindo-o como “o maior e mais duradouro de todos os quilombos brasileiros” (FTD, 2020, p. 190). O pequeno texto traz informações sobre a data de fundação, processo de organização e formas de subsistência do quilombo. Apresenta ainda o Quilombo dos Palmares como uma ameaça à ordem escravista, assim como Carvalho, França e Teixeira (2010) também evidenciaram em seus estudos sobre Palmares a forte organização, até mesmo militar, dos palmarinos.

Sobre os remanescentes de quilombos, o livro destaca que:

No Brasil de hoje existem povoações habitadas pelos descendentes dos antigos quilombolas. Espalhadas por todo o território nacional, essas comunidades são chamadas de **remanescentes de quilombos**. São mais de oitenta mil pessoas vivendo de um jeito parecido com o de seus antepassados. Em algumas dessas comunidades, a língua falada conserva termos africanos (FTD, 2020, p. 192).

Para além da definição de remanescente de quilombos, constam também algumas informações sobre o processo de posse da terra, evidenciando como as populações remanescentes de quilombos ainda enfrentam dificuldades para obter o reconhecimento e a identidade quilombola.

Diferentemente do livro didático destinado ao 7º ano, que apresenta um conteúdo bem fundamentado e centrado nas questões quilombolas, apesar de serem textos curtos, o livro destinado ao 8º ano cita os quilombos dentro da luta abolicionista como lugar de refúgio, como

é o caso do Quilombo de Jabaquara que chegou a acolher mais de 10 mil quilombolas (FTD, 2020, p. 209).

A discussão sobre as comunidades quilombolas está diretamente relacionada à construção de uma educação antirracista, portanto, consideramos que a temática deve ser abordada também de forma transversal e, como percebemos através da análise da coleção de livros didáticos destinados aos anos finais do Ensino Fundamental, esse tema adquire mais centralidade no 7º ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos inferir, a partir da análise feita dos livros didáticos da coleção História – Sociedade e Cidadania, que o trabalho com a história da população quilombola ainda está caminhando a passos lentos. Percebemos que a coleção analisada traz de forma breve a história da população negra escravizada.

É importante destacar que livro didático é um dos meios de socialização dos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, científico e tecnológico e que se constitui um importante auxiliar do trabalho docente. No entanto, diante da obrigatoriedade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, é necessário que os livros didáticos ampliem as abordagens conceituais sobre os quilombos e sobre a história africana e afro-brasileira.

Os livros didáticos são suportes que auxiliam o professor na tarefa docente e, dada a realidade social de muitos jovens no Brasil, muitas vezes, o livro didático é o único material de pesquisa acessado. Assim, é importante refletir sobre o papel desses materiais não só no desenvolvimento educacional, mais também como ferramentas que atuam no empoderamento de crianças e jovens por meio da representatividade.

Ressaltamos que a análise aqui apresentada não pretende assumir caráter de generalização e que a coleção analisada representa uma pequena amostra em um universo vasto de materiais que são produzidos por editoras diversas.

Durante a construção das reflexões apresentadas, algumas provocações foram ganhando espaço ao refletirmos sobre os conteúdos veiculados nos livros didáticos reconhecendo a colonialidade do saber questionamo-nos sobre quem produz os livros didáticos. Há a presença de pessoas negras na formulação desses materiais? Como é feita a escolha dos livros didáticos adotados nas redes de ensino? Quais os critérios estabelecidos para essa escolha? Essas perguntas abrem caminhos para pesquisas que podem contribuir para o processo de formulação desse recurso que é amplamente utilizado nas escolas e que precisa proporcionar uma representatividade positiva das populações que são minorias em direitos, como as mulheres, a população negra e pessoas LGBTQIA+, a fim de promover valores democráticos, a empatia e o respeito pelas diversas formas de ser, de existir e de experienciar o mundo.

Esperamos que as considerações levantadas aqui sobre a coleção possibilitem novas reflexões acerca dos programas de formulação dos livros didáticos e dos processos de escolha, ressaltamos que o estudo sobre nossa identidade cultural, formada a partir de referenciais indígenas, africanos e europeus, passa diretamente pelo estudo dos quilombos, de sua formação enquanto forma e local de resistência ao escravismo criminoso e enquanto organização com regime econômico e político.

Que possamos aprender com a nossa raiz ancestral que o processo de aquilombamento tem a ver com os princípios da resistência, mas também da solidariedade e do acolhimento. É

preciso olhar o outro e enxergar a nós mesmos, num movimento de alteridade e, assim, podermos construir relações afetivas. Por isso é necessário aquilombar.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Katia. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria. et al. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 107-117, 2007.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento. (Coleção Feminismos Plurais), 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Ministério da Educação. Brasília - DF, 1996.

BRASIL. **Orientação e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: DF. 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. 2013.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. FRANCA, Anna Laura Teixeira. Palmares, a cabanada, a gente da mata”. In GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX)**, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

CARNEIRO. Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final**. Brasília, DF: MEC, 2010.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O Significado da Formação Continuada Docente**. Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. **Quilombos/Remanescentes de Quilombos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MACEDO, Aldenora. A gestão escolar democrática e a implementação da educação antirracista na escola. **Revista Espaço Acadêmico** - nº187 - ISSN 1519.6180 - dezembro de 2016.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Calacso, 2005.

RIBEIRO, Patrícia Batista. SANTOS, Roseli Albino dos. Diversidade étnico-racial e as interações sociais na Educação Infantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v.11, n.3, p.985-1000, set./dez., 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Ano I - Número I - Julho de 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Wilker Solidade; MARQUES, Eugênia Portela Siqueira. Educação e relações étnico-raciais: a Lei 10.639/03. **A formação docente e o espaço escolar.** v. 33, n. 2, p. 47-56, jul./dez. 2015

SILVA, Givaneide Maria. Formação Inicial e Continuada de Professores (as) e a Educação no Quilombo de Conceição das Crioulas/PE. **Comunicações.** Piracicaba, ano 21, n. 1, p. 23-38, jan. /jun., 20

SILVA, Andressa Queiroz. COSTA, Rosilene Silva. Educação Antirracista é Educação Transformadora: uma Análise da Afetividade da Lei Nº 10.639/03. **Revista Em favor da Igualdade Racial**, v. 1, n.1, (Fev - jul) 2018.

TAGLIANI, Dulce Cassol. O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 135-148, 2011.

**Submetido em:** setembro de 2022

**Aprovado em:** dezembro de 2022